



## REFLEXOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NOS INDICADORES SOCIAIS EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DO SERIDÓ POTIGUAR

Bacharel/Bachelor PAULO SERGIO DANTAS DE LUCENA<sup>1</sup>, Aluno Doutorado/Ph.D. Student MARIA DO SOCORRO VALENTIM [ORCID id](#)<sup>1</sup>, Aluno Doutorado/Ph.D. Student EDIVALDO DO NASCIMENTO DUDA [ORCID id](#)<sup>2</sup>, Aluno Doutorado/Ph.D. Student CLARA MONISE SILVA [ORCID id](#)<sup>3</sup>

<sup>1</sup>UFRN, CAICO, RN, Brazil. <sup>2</sup>UFPE, RECIFE, PE, Brazil. <sup>3</sup>UFPB, JOÃO PESSOA, PB, Brazil

**Aluno Doutorado/Ph.D. Student MARIA DO SOCORRO VALENTIM**

[0000-0002-6596-4631](#)

**Aluno Doutorado/Ph.D. Student EDIVALDO DO NASCIMENTO DUDA**

[0000-0001-6265-0867](#)

**Programa de Pós-Graduação/Course**

PPGCC/UFPE

**Aluno Doutorado/Ph.D. Student CLARA MONISE SILVA**

[0000-0001-6278-1031](#)

**Programa de Pós-Graduação/Course**

PPGCC/UFPB

### Resumo/Abstract

O Programa Bolsa Família é uma política governamental de distribuição de renda que busca reduzir a pobreza de grupos sociais no Brasil, para isso inclui tanto um estudo representado pela renda usada para recrutar beneficiários, quanto uma análise social da pobreza por meio da dimensão Índice de Desenvolvimento Familiar. O objetivo deste trabalho é avaliar qual (is) reflexo (s) podem ser evidenciados com a implantação do Programa Bolsa Família nos indicadores sociais em municípios de pequeno porte do Seridó Potiguar, entre os meses de julho de 2008 a julho de 2018. A pesquisa foi caracterizada como qualitativa de abordagem descritiva e natureza bibliográfica. Dentre as variáveis escolhidas, nota-se que o índice de desenvolvimento humano municipal e as taxas de mortalidade infantil indicam melhora entre os meses de julho de 2008 a julho de 2018. As condicionalidades são uma tentativa de mudar o comportamento dos adultos no cuidado de crianças e adolescentes. Embora a renda tenha contribuído muito para definir quem é considerado pobre e extremamente pobre no Brasil, os dados do trabalho fornecem um quadro mais abrangente das necessidades dos municípios do Seridó Potiguar.

### Modalidade/Type

Artigo Científico / Scientific Paper

### Área Temática/Research Area

Contabilidade e Setor Público (CSP) / Accounting and Public Sector



## REFLEXOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NOS INDICADORES SOCIAIS EM MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DO SERIDÓ POTIGUAR

### RESUMO

O Programa Bolsa Família é uma política governamental de distribuição de renda que busca reduzir a pobreza de grupos sociais no Brasil, para isso inclui tanto um estudo representado pela renda usada para recrutar beneficiários, quanto uma análise social da pobreza por meio da dimensão Índice de Desenvolvimento Familiar. O objetivo deste trabalho é avaliar qual (is) reflexo (s) podem ser evidenciados com a implantação do Programa Bolsa Família nos indicadores sociais em municípios de pequeno porte do Seridó Potiguar, entre os meses de julho de 2008 a julho de 2018. A pesquisa foi caracterizada como qualitativa de abordagem descritiva e natureza bibliográfica. Dentre as variáveis escolhidas, nota-se que o índice de desenvolvimento humano municipal e as taxas de mortalidade infantil indicam melhora entre os meses de julho de 2008 a julho de 2018. As condicionalidades são uma tentativa de mudar o comportamento dos adultos no cuidado de crianças e adolescentes. Embora a renda tenha contribuído muito para definir quem é considerado pobre e extremamente pobre no Brasil, os dados do trabalho fornecem um quadro mais abrangente das necessidades dos municípios do Seridó Potiguar.

**Palavras-chaves:** Condicionalidades. Seridó. Brasil. Municípios. Potiguar.

### 1. INTRODUÇÃO

Os estudos sobre pobreza e desigualdade social estão sempre em ênfase nas discussões das políticas públicas brasileiras, sendo base para o planejamento e elaboração de diversos programas e projetos criados no intuito de minimizar e combater estes problemas no País. Dentre estes, se destaca o Programa Bolsa Família, considerado uma política pública estrutural de distribuição de renda e de melhoria na qualidade de vida (MORESCHI *et al*, 2017).

O Programa Bolsa Família (PBF) é visto como um dos mais interessantes programas de benefício social na América Latina. Lançado em outubro de 2003 e implantado já no ano seguinte, 2004, o PBF busca reduzir a pobreza e as diferenças de capital existentes no país por meio da transferência de recursos monetários para as famílias que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza. Sendo assim, o Programa objetiva tratar as camadas mais pobres da população, dando-lhes capacidade de consumo em bases regulares (ESTRELLA, 2008).

Segundo COTTA (2013), pesquisas apontam que as famílias contempladas pelo PBF, tendem a gastar uma parcela importante do benefício recebido com a compra de alimentos para consumos básicos e necessários, principalmente para as crianças.



No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresenta um sistema de indicadores sociais com informações renovadas sobre as perspectivas demográficas, referentes à composição da população por cor ou raça; trabalho e rendimento; educação; saúde e condições de vida da população. A elaboração desses indicadores proporciona uma visão ampla da realidade social brasileira e auxilia para a compreensão das mudanças na representação demográfica, social e econômica da população, facilitando o acompanhamento de políticas sociais e a disseminação de informações importantes para toda a população brasileira (OLIVEIRA *et al*, 2010).

Assim, o objetivo central deste estudo é avaliar qual (is) reflexo (s) podem ser evidenciados com a implantação do Programa Bolsa Família nos indicadores sociais em municípios de pequeno porte do Seridó Potiguar, entre os anos de 2008 a 2018. Para tanto, leva-se em consideração que são anos em que o programa já estava implantado e com dados físicos consolidados, passíveis de análise. Destaca-se, que os dados estatísticos que existem sobre os indicadores sociais e suas alterações com programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família, não fornecem a mensuração desses impactos, mas apontam um retrato desses reflexos, permitindo, assim, ao pesquisador, avaliar o caminho que deve percorrer, fortalecendo a justificativa de investigação destes indicadores.

Sobre os indicadores, a presente pesquisa busca analisar a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o de mortalidade infantil dos municípios de pequeno porte do Seridó Potiguar após a implementação do PBF, investigando o comportamento da desigualdade social nos municípios na tentativa de compreender a sua evolução na capacidade aquisitiva da população no período estudado.

A pesquisa será sobre os municípios de pequeno porte da região do Seridó Potiguar que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é uma região localizada no sertão nordestino onde prevalece altas temperaturas, baixa produtividade do solo e chuvas irregulares. A região é formada por 24 (vinte e quatro) municípios, destacando que, dentre estes, os que são de pequeno porte, ou seja, possuem menos de 25 mil habitantes, totalizam 22 (vinte e dois), quais sejam: Acari, Bodó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Cruzeta, Equador, Florânia, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas.

Pretende-se, com esse trabalho, contribuir com a alimentação do banco de dados para fomentar o planejamento governamental, orçamentário e social, mensurando o impacto que programas de transferência de renda causam sobre os indicadores sociais em pequenos municípios do Seridó Potiguar, bem como demonstrar aos gestores municipais a importância dos índices sociais para a contribuição de análises das gestões públicas e, com isso, fazer com que o uso desses indicadores seja mais presente nas discussões sobre políticas públicas na Região.

No âmbito acadêmico, este trabalho visa auxiliar com o desenvolvimento da pesquisa no que tange a contabilidade orçamentária e a gestão pública, em especial o que retrata o uso de indicadores para proporcionar a população seus direitos básicos e essenciais como cidadãos, e, assim, fazer com que os municípios cumpram com o seu papel de garantia de direitos fundamentais como educação, saúde e renda mínima.



## 2. Referencial Teórico

Segundo Moreschi *et al* (2017), mediante a desigualdade social existente no Brasil, as administrações públicas passaram a preocupar-se de forma mais concreta quanto aos problemas sociais, buscando maneiras de mensurar o desenvolvimento regional, utilizando-se de indicadores capazes de verificar a evolução social.

A aplicação e o estudo dos indicadores sociais podem proporcionar aos municípios melhor estimativa dos propósitos a serem alcançados em prol de desenvolvimento econômico em determinadas comunidades, bem como uma comparação temporal com outras regiões (MENDES; REZENDE, 2008).

A partir da observação e de uma correlação destes problemas sociais com seus indicadores, podemos evidenciar a importância de políticas públicas e dos programas de transferência de renda, como por exemplo o Programa Bolsa Família, no amparo destas famílias mais pobres, em prol do desenvolvimento econômico social (MONTEIRO *et al*, 2010).

### 2.1 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Os programas de transferência de renda são programas sociais voltados aos cidadãos em situação de vulnerabilidade social, eles aproximam a garantia de renda temporária à família ao comprometimento com a educação e a saúde de sua composição familiar. A estimativa é que haja a quebra do ciclo da propagação da pobreza entre gerações, visto que o complemento de renda contribui para as famílias manterem as crianças na escola e possibilitar que tenham acesso básico e essencial à saúde.

Sendo assim, os programas de transferência de renda contribuem para o desenvolvimento dos direitos fundamentais como educação, saúde e direito à alimentação, entre outros, para a garantia de uma vida mais digna (DA FONSECA; ROQUETE, 2018).

Em meados de outubro de 2003, foi elaborado no Brasil o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família (PBF), a partir da unificação dos programas já existentes – Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação (MONTEIRO *et al*, 2010).

Para se inscrever no PBF, é preciso que o usuário realize o cadastramento no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais do Governo Federal. O CadÚnico é um banco de dados que demonstra e especifica o perfil das famílias no Brasil, principalmente pelo fato de que sua base é mais voltada para a população de baixa renda, ou seja, que tenha uma renda por pessoa da família (per capita) de até meio salário mínimo ou uma renda familiar de até três salários mínimos. O município é encarregado pelo cadastro, alteração e atualização das informações no CadÚnico. O cadastro da família deve ser atualizado sempre de dois em dois anos ou se houver alguma alteração na família sobre os dados informados (SAKAMOTO *et al*, 2017).



Portanto, o PBF demonstra, em seu escopo, a transferência financeira como um estímulo ao acesso à qualidade de vida em políticas públicas estruturais, principalmente voltadas à educação e saúde (MONTEIRO *et al*, 2010).

O Programa Bolsa Família, assim como os demais programas de transferência de renda, está inserido no contexto da Assistência Social, que, assim como outras políticas sociais, visa garantir proteções. Segundo Jaccoud (2007), “visa proteger as situações de ausência de renda, de autonomia e de convívio a todos os segmentos sociais, independentemente de sua caracterização como pobre, indigente, carente ou necessitado”.

Portanto, a estrutura institucional deste programa está diretamente relacionada às esferas de assistência social dos órgãos federais em que o programa é implantado, sejam os estados (de acordo com suas atribuições definidas na lei do programa ou os governos locais onde são implementados).

Observa-se que a Lei nº 8.662/1993 garante e reconhece as competências dos Assistentes Sociais, fortalecendo-se ainda mais as tarefas do seu trabalho por meio do Código de Ética de sua profissão (CFESS, 1993), o qual anuncia os valores que devem ser preservados no trabalho a ser desenvolvido.

## 2.2 INDICADORES SOCIAIS

De acordo com o artigo 6º da Constituição Federal de 1988: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a seguridade social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados na forma desta Constituição”. Assim, nota-se que o legislador cuidou em constituir direitos sociais mínimos com propósito a oferecer o bem-estar social e uma melhor condição de vida aos cidadãos (OLIVEIRA *et al*, 2010).

Avaliando que a maior parte dos municípios brasileiros são de pequeno porte e que estes sofrem grandes dificuldades no que toca à administração de políticas sociais, então, faz-se necessário valer-se de mecanismos que proporcionem a medição dos frutos das políticas sociais implantadas pelos gestores municipais, onde os mecanismos mais utilizados atualmente são os Indicadores Sociais (MORESCHI *et al*, 2017).

Existem muitas maneiras de reunir informações, banco de dados acessíveis e vários indicadores disponibilizam aos gestores instrumentos capazes de oferecer um apoio ao desenvolvimento social, simultaneamente, oportunidades essas de avaliação de períodos, que permitem até mesmo melhorias perante ações desenvolvidas em seu estágio de execução (PERES, 2019).

Portanto, o estudo dos indicadores sociais é de fundamental importância, porque são fontes que permitem equiparar regiões e adquirir o conhecimento dos investimentos realizados pela administração pública nesses locais (OLIVEIRA *et al*, 2010).

Mediante os indicadores sociais, a Organização das Nações Unidas (ONU) elaborou índices, tais como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a Taxa de Mortalidade Infantil (TMI), com a finalidade de medir o desenvolvimento econômico e social de uma região, podendo a partir desses mensurar o conhecimento sobre a qualidade de vida da população (OLIVEIRA *et al*, 2010).



### **2.3 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)**

Para se calcular o crescimento das condições de vida, é elaborado um Relatório do Desenvolvimento Humano, que traz periodicamente o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, possibilitando equiparar, por um determinado tempo, a condição relativa de uma determinada região. O IDH é um índice que procura determinar o grau de desenvolvimento de um território sobre um cenário mais amplo do que a simples ligação entre o Produto Interno Bruto (PIB) e as pessoas (GUIMARÃES; DE MARTINO JANNUZZI, 2005).

Segundo Rezende *et al* (2005) o IDH foi elaborado no começo dos anos 90 para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) pelo conselheiro especial Mahbub ul Haq, e combina três componentes básicos do desenvolvimento humano, longevidade, educação e renda (REZENDE *et al*, 2005).

Dessa forma, o IDH é calculado pela união destes três pilares: educação, que irá denotar a presença escolar em todos os níveis de ensino e a alfabetização da população; a longevidade, onde traz a expectativa de vida com bases nas condições de saúde oferecidos pelas gestões e a renda calculada pelo PIB em função do custo de vida local.

Assim, esses pilares são prescritos e calculados para a elaboração de um indicador, onde este tem proporção de variação de 0 (pior condição de Desenvolvimento Humano) a 1 (melhor condição de Desenvolvimento Humano) (JANNUZZI, 2012).

### **2.4 TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL**

A mortalidade infantil é apontada no decorrer da história como sendo um dos mais relevantes problemas sociais. Ao apresentar a situação de saúde da parte mais frágil da nação, ou seja, os bebês menores de um ano, a taxa de mortalidade infantil é um índice capaz de expressar a forma de vida e os níveis de saúde e de crescimento socioeconômico de uma população (MOREIRA, 2012).

A taxa de mortalidade infantil é expressa como o número de mortes de menores que um ano de idade (a cada mil nascidos vivos), em uma estipulada área geográfica por determinado tempo, e qualifica-se como a porcentagem de risco de um nascido vivo vir a óbito no decorrer do seu primeiro ano de vida.

Grandes taxas de mortalidade infantil retratam, genericamente, fracos níveis de saúde, de situações de vida e de falhas no crescimento socioeconômico. As taxas de mortalidade infantil geralmente são mensuradas em altas (50% ou mais), médias (20% - 49%) e baixas (menos de 20%), em relação da aproximação ou distância dos números já obtidos pelas regiões mais avançadas economicamente ao longo do tempo (PAIXAO; FERREIRA, 2012).



### **3 MATERIAIS E MÉTODOS**

Para atender e alcançar os objetivos propostos, a natureza do presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e descritiva, pois buscou-se descrever todos os dados coletados no portal do programa do Programa Bolsa Família e no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, durante o processo, sobre a percepção dos reflexos nos indicadores sociais municipais. Segundo Gil (1987), as pesquisas descritivas têm por finalidade a descrição das características de uma determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de conexões entre variáveis.

Segundo Dalfovo (2008), a pesquisa qualitativa descreve as dificuldades de um determinado problema, sendo preciso compreender e relacionar os processos vivenciados nos grupos, auxiliar na mudança, proporcionando o conhecimento das mais variadas propriedades dos indivíduos.

Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico, buscando a fundamentação teórica do estudo. Segundo Salomon (2004), a pesquisa bibliográfica baseia-se em estudos proporcionados por documentação, além de outras ciências e métodos implantados de forma metódica, envolvendo o reconhecimento, localização e alcance da informação, descrevendo e compondo o trabalho científico. Esse método requer um estudo idealizado de informações bibliográficas para desenvolver e documentar um trabalho de pesquisa científica.

Para a coleta de dados foram utilizadas fontes secundárias, principalmente dados do Portal Eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, relativos à saúde (mortalidade infantil) e Economia dos municípios de pequeno porte do Seridó, especificamente relacionado ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM); e, ainda, dados do Portal do Programa Bolsa Família com relação à quantidade de usuários atendidos por este nos mesmos municípios, tomando como referência os meses de julho de 2008 a julho de 2018, tendo em vista que os dados do referido Programa são mensais.

### **4. ANÁLISES E DISCUSSÃO**

Para compreensão do Programa Bolsa Família no que diz respeito à capacidade aquisitiva da população dos municípios de pequeno porte do Seridó Potiguar no período de 2008 a 2018, analisou-se a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o índice de mortalidade infantil destas citadas após a implementação do PBF, investigando o comportamento da desigualdade social e buscando perceber se houve evolução nessa configuração a partir de então.

Para tanto, buscou-se compreender como funciona a estrutura que apoia o Programa Bolsa Família na área da administração pública no Estado do Rio Grande do Norte, verificando-se que está a cargo da secretaria de Estado do Trabalho, habitação e Assistência Social (SETHAS).

Em se tratando dos municípios do Seridó Potiguar, denominado atualmente pelo IBGE como Região Intermediária de Caicó (IBGE, 2017), universo desta pesquisa, houve a assinatura do Termo de Adesão ao Programa Bolsa Família, com



obrigatoriedade da existência de um gestor municipal do Programa, o qual tem as seguintes funções: fazer a interlocução política entre a prefeitura, o MDS e o estado para implementar tanto o Programa Bolsa Família, quanto o Cadastro Único; coordenar a relação entre as Secretarias do Município de Assistência Social, Educação e Saúde; acompanhar as condicionalidades, dentre outros.

Nos municípios pesquisados, o PBF está localizado nas secretarias que operacionalizam políticas de assistência social e inclui técnicos que nutrem e atualizam o banco de dados do programa além de profissionais (Assistentes Sociais e Psicólogos) responsáveis pela assistência social às famílias beneficiárias.

Além do porte populacional, o critério considerado para a escolha dos municípios remeteu ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Nesse sentido, buscando entender o quantitativo de pessoas atendidas no período de 2008 a 2018 nos municípios de pequeno porte da região Seridó, elaborou-se a tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Pessoas atendidas entre 2008 a 2018

Município	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Acari	1181	1146	1235	1288	1360	1351	1369	1344	1285	1251	1297
Bodó	409	429	482	462	447	446	457	444	486	435	547
C. dos Dantas	612	698	704	705	670	666	579	596	574	396	532
Cerro Corá	1335	1429	1446	1497	1529	1560	1584	1565	1562	1478	1528
Cruzeta	907	914	1102	1068	1145	1127	1007	874	938	864	965
Equador	766	734	952	1009	988	1051	1131	1110	1042	1046	1155
Florânia	1350	1321	1264	1279	1176	1201	1218	1103	1103	986	1050
Ipueira	190	159	163	168	176	203	224	205	215	197	205
J. Piranhas	1644	1632	1977	1910	2090	2095	2173	2134	2132	2095	2089
J. Seridó	1553	1529	1564	1577	1555	1505	1534	1408	1303	1115	1020
Jucurutu	2486	2467	2857	2759	2923	2902	2921	2663	2648	2466	2592
Lagoa Nova	1915	1880	2162	2175	2462	2447	2569	2510	2674	2523	2534
Ouro Branco	536	518	539	518	503	515	556	505	549	468	522
Parelhas	2684	2491	2787	2766	2640	2623	2652	2421	2221	1959	2062
S. do Seridó	303	337	346	338	319	322	330	318	303	286	317
São Fernando	399	423	498	494	554	555	524	474	463	407	442
São João S.	735	679	780	760	746	739	738	680	731	662	660
São José S.	325	289	374	416	452	463	474	444	479	380	356
São Vicente	840	838	869	842	929	952	974	876	848	755	744
Serra N. Norte	1030	1007	1079	1070	1019	1055	1078	1012	907	816	773
Tenente L. Cruz	682	662	892	877	916	964	1031	1057	1070	991	977
Timbaúba B.	271	260	277	266	250	264	277	275	255	243	226

Fonte: Pesquisa do autor (2022).

Por meio da análise da Tabela 1, percebe-se que houve uma variação no quantitativo das pessoas atendidas entre os meses de julho de 2008 a julho de 2018 nos municípios de pequeno porte do RN. Por exemplo, Acari em 2008 atendeu o número de 1181 (mil cento e oitenta e uma) pessoas, sendo que em 2018 foram atendidas 1297 (mil duzentas e noventa e sete) pessoas no Programa Bolsa Família.



Entende-se que no período de 10 anos não houve diminuição de pessoas que saíram do patamar de extrema pobreza nesse município, pois houve o aumento do número de indivíduos atendidos pelo referido programa.

No mesmo ângulo, o município de Lagoa Nova também apresentou essa mesma realidade, tendo aumentando o número de pessoas beneficiadas pelo programa. Contudo, nos municípios de São João do Sabugi, São José do Seridó e Serra Negra do Norte, entre julho de 2008 e julho de 2018 houve uma diminuição de pessoas atendidas, analisando-se que alguns indivíduos saíram da categoria de pobreza ou extrema pobreza.

Com base no Cadastro Único de programas Sociais do governo Federal (CadÚnico), orientado pela lógica das condicionalidades, o PBF busca formular estratégias nos setores de saúde, educação e assistência social de forma intersetorial, ampliando o acesso dos usuários para contribuir para a redução imediata da pobreza e suas futuras chances reprodutivas.

Segundo Santos (2012), esse conceito de inclusão social vai além das transferências de renda e caminha para a independência dos mais pobres.

Essas características citadas anteriormente não ocorrem em outras regiões do território potiguar, sendo necessário implementar políticas públicas territorializadas e voltadas para buscar uma maior igualdade de condições de vida da população do estado. Também, se infere que os municípios do Seridó Potiguar que apresentaram maior número de pessoas beneficiadas com o Programa Bolsa Família se deve ao fato de serem de porte baixo, o que contribui para um maior número de pessoas atendidas pelo referido programa.

Portanto, levando em consideração a análise realizada, se encontra um cenário em que os programas de Transferência de Renda, como o Programa Bolsa Família, possuem uma realidade limitada pelas desigualdades sociais que ocorrem conforme sua distribuição de renda. Nesse sentido, não existe uma relação entre crescimento econômico e bem-estar social, apesar da riqueza ter origem social e do Estado precisar agir para distribuir bens e serviços de forma igualitária, tendo em vista garantir o acesso a um padrão mínimo de dignidade.

Esse programa de Transferência de Renda surgiu como alternativa para combater a pobreza em uma realidade de um projeto neoliberal que estreita o Sistema Brasileiro de Proteção Social (SILVA; YAZBEK; GIOVANNI, 2008). Nesse sentido, se torna difícil pensar a política social dissociada dos apelos conjunturais, pois esta apresenta a capacidade de atender/facilitar em grande medida a materialização dos interesses do capital, principalmente quando se trata das políticas voltadas para a classe menos favorecida da população.

A tabela 2 abaixo apresenta a taxa de mortalidade infantil no período de julho de 2008 a julho de 2018.

Tabela 2 – Taxa de mortalidade infantil

Município	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Acari	5,88	21,13	0	18,4	0	21,43	0	13,33	9,17	19,05	0
Bodó	18,87	0	43,48	25	0	27,78	23,81	0	31,25	0	20
C. dos Dantas	37,04	8,77	11,11	0	0	17,86	0	20,83	0	0	22,73
Cerro Corá	34,88	14,71	11,63	22,86	21,28	7,63	6,71	15,87	31,25	16,13	13,25
Cruzeta	8,85	28,04	0	28,04	39,22	20,41	10,64	63,16	13,33	10,64	11,63



Equador	0	10,31	21,28	23,81	32,26	0	31,25	0	16,39	0	14,44
Florânia	35,97	37,27	23,81	160	8,25	16,81	10,31	9,26	,26	29,63	8,2
Ipueira	38,46	0	0	0	0	40	0	0	0	0	0
J. Piranhas	10,05	27,47	22,47	26,32	6,1	23,95	18,07	11,05	5,95	13,89	0
J. Seridó	25,42	8,55	0	16,95	8,62	0	15,87	16,39	0	10	17,09
Jucurutu	22,06	15,81	34,09	22,3	32,52	11,86	4,72	26,62	5	9,3	19,7
Lagoa Nova	17,7	35,43	23,13	7,72	19,14	14,71	8,06	24,1	8,47	13,89	27,52
Ouro Branco	21,28	18,87	13,7	0	0	16,95	74,07	16,95	0	16,39	0
Parelhas	14,75	26,16	18,29	13,38	17,29	21,54	21,67	22,1	9,65	14,34	18,25
S. do Seridó	88,24	0	32,26	0	0	0	37,04	0	0	0	22,22
São Fernando	22,73	26,32	60	69,77	61,22	0	22,73	0	0	54,05	0
			35,71	11,63	13,89	0	0	28,99	0	0	0
São José S.	0	23,81	0	15,38	0	40,82	0	0	29,32	0	0
São Vicente	36,14	0	42,25	24,39	30,3	50,85	13,33	28,99	0	0	13,7
Serra N. Norte	25,21	0	21,28	17,7	45,45	11,11	0	0	0	12,2	0
Tenente L.Cruz	15,75	0	0	16,53	26,32	0	11,49	22,73	0	0	21,74
Timbaúba B.	0	0	0	86,96	0	0	30,3	0	0	43,48	50

Fonte: Pesquisa do autor (2022).

Esse número se refere ao quantitativo de crianças mortas por 1000 nascimentos. Conforme se observa na Tabela 2, Acari, Ipueira, Jardim de Piranhas, Ouro Branco, São Fernando, São João do Sabugí, São José do Seridó e Serra Negra do Norte zeraram a taxa de mortalidade infantil até julho de 2018.

Comparando-se os municípios de São José do Seridó e São João do Sabugí nas duas tabelas 1 e 2, se observa que esses municípios tanto diminuíram o número de pessoas atendidas pelo programa Bolsa Família em julho de 2018, quanto zeraram a taxa de mortalidade infantil nesse mês do mesmo ano.

Os outros municípios oscilaram nesse quesito, ora diminuindo, ora aumentando o percentual. Foi perceptível que o município de Acari avançou de julho de 2008 a julho de 2009, zerando em julho de 2010, mas voltando a crescer em julho de 2011.

Esses números, apesar de positivos, ainda não têm reflexos expressivos na questão da redução da mortalidade infantil em alguns municípios pesquisados, dentre os quais Lagoa Nova, Carnaúba dos Dantas e Santana do Seridó.

Contudo, por circunstâncias sócio-históricas e institucionais do contexto brasileiro, marcado por embates, retrocessos e avanços no seio político, o Estado, ao mesmo tempo em que impõe a ideologia neoliberal, intervêm para atenuar seus efeitos por meio da mediação instrumentalizada de alguns programas, dentre os quais o Programa Bolsa Família. Na próxima tabela 3, será analisado o IDHM.

Tabela 3 – IDHM

Município	2000	2010
Acari	0,557	0,679
Bodó	0,417	0,629
Carnaúba dos Dantas	0,59	0,659
Cerro Corá	0,433	0,607
Cruzeta	0,56	0,654



Equador	0,494	0,623
Florânia	0,492	0,642
Ipueira	0,51	0,679
Jardim de Piranhas	0,46	0,603
Jardim do Seridó	0,571	0,663
Jucurutu	0,449	0,601
Lagoa Nova	0,444	0,585
Ouro Branco	0,542	0,645
Parelhas	0,54	0,676
Santana do Seridó	0,526	0,642
São Fernando	0,498	0,608
São João do Sabugí	0,533	0,655
São José do Seridó	0,588	0,694
São Vicente	0,492	0,642
Serra Negra do Norte	0,454	0,597
Tenente Laurentino Cruz	0,462	0,623
Timbaúba dos Batistas	0,546	0,640

Fonte: Pesquisa do autor (2022)

A pesquisa do IDH é realizada pela Organização das nações Unidas e utiliza uma metodologia bastante intrincada para dar uma pontuação que vai de 0 a 1 para avaliar o Índice de Desenvolvimento Humano dos países. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento do país.

Para uma avaliação mais precisa, o IDH leva em consideração três áreas principais: educação, saúde e renda. Vale ressaltar que esse índice não é um indicador perfeito, mas é um importante ferramenta padronizada para avaliar o bem-estar da população. Os dados são coletados pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) com base em bancos de dados internacionais fornecidos por órgãos como OMS (Organização Mundial da saúde) e OIT (Organização Internacional do Trabalho). Três áreas de desenvolvimento foram consideradas com relação aos seguintes pontos:

**Educação:** índice de analfabetismo, tempo de estudo necessário para concluir o ensino fundamental e tempo efetivamente estudado;

**Saúde:** esperança de vida ao nascer. Esta é a idade média das pessoas que vivem neste país. Outros fatores também são avaliados, como Políticas de saúde pública, campanhas de imunização, divulgação educativa de conteúdos de saúde, distribuição de medicamentos e sistema público de saúde;

**Renda Nacional Bruta (RNB):** são comparados dados sobre a renda bruta do país e o poder de compra dos cidadãos. Com base nessas variáveis, o país auferi uma pontuação de 0.000 a 1.000 e pode ser classificado em uma das seguintes categorias:

- IDH abaixo de 0,550: baixo desenvolvimento humano;
- IDH entre 0,551 e 0,699: médio desenvolvimento humano;



- IDH entre 0,700 e 0,799: alto desenvolvimento humano;
- IDH superior a 0,800: muito alto desenvolvimento humano.

Baseado no exposto na tabela 3 acima, se observa que no ano 2000 não havia o atendimento do Programa Programa Bolsa Família nos respectivos municípios. Comparando-se 2000 a 2010 os dados do IDH aumentaram, repercutindo sobre a influência do Programa Bolsa Família sobre esses resultados positivos.

Quando a questão é o desenvolvimento humano nos municípios elencados acima, o IDHM (2010) apresentou-se na faixa de 0,694 (São José do Seridó); 0,679 (Acari); 0,655 (São João do Sabugi). É importante observar que Timbaúba dos Batistas possui o menor índice da região, ou seja, é o município do Seridó Potiguar com o menor nível de desenvolvimento humano, o que implica considerar também que o conjunto das dimensões que compõe o índice (longevidade, educação e renda), em virtude de sua relação com o indicador, devem ser inferiores aos demais municípios seridoenses.

Os números da educação e saúde repercutem na determinação do IDHM e de outros indicadores sociais, refletindo sobre a realidade do atendimento a esses dois serviços essenciais básicos. Considerando-se o IDH dos municípios de baixo porte analisados no ano de 2010, estes se classificam na categoria de médio desenvolvimento humano, entre 0,551 e 0,699.

Tabela 4 – Cruzamento dados população atendida x Taxa de mortalidade infantil e IDH

Município	ANO	População atendida	Taxa de mortalidade infantil	IDH
Acari	2010	1235	0	0,679
Cruzeta	2010	1102	0	0,654
Ipueira	2010	163	0	0,679
Jardim do Seridó	2010	1564	0	0,663
São José do Seridó	2010	374	0	0,694
Tenente L. Cruz	2010	892	0	0,623
Timbaúba B.	2010	277	0	0,64

Fonte: Pesquisa do autor (2022).

Comparando-se as três categorias população atendida; taxa de mortalidade infantil e IDH nos municípios da tabela 4 acima, se observa que ambos zeraram a taxa de mortalidade infantil no ano de 2010, obtendo, ainda, um IDH médio de desenvolvimento humano, compreendendo-se que o Programa Bolsa Família influenciou positivamente sobre essas categorias.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dessa pesquisa verificou-se que a maioria dos municípios do Seridó Potiguar é de pequeno porte e enfrentam dificuldades na gestão das políticas públicas, devendo ser aplicados instrumentos que permitam mensurar os benefícios sociais por meio dos indicadores.



Há muitas formas de coleta de informações, bancos de dados acessíveis e diversos indicadores que disponibilizam aos gestores ferramentas que podem apoiar as políticas públicas em prol do desenvolvimento social, inclusive com oportunidades para avaliação das medidas desenvolvidas, como por exemplo esse trabalho em tela, que analisou reflexos do Programa Bolsa Família nos indicadores sociais em municípios de pequeno porte do Seridó Potiguar nos meses de julho de 2008 a julho de 2018.

Sobre indicadores, pôde-se constatar que no período do ano 2000 a 2010 os dados do IDHM aumentaram nos municípios de pequeno porte do Seridó Potiguar, mostrando repercussão do Programa Bolsa Família sobre esses resultados, caracterizando o IDH médio de desenvolvimento humano, havendo, também, a diminuição da taxa de mortalidade infantil para cada 1000 nascimentos.

Em suma, conclui-se que uma análise qualitativa do quadro da pobreza nos municípios de pequeno porte do Seridó Potiguar revela que os desafios enfrentados pelos municípios para atender aos meios e objetivos do desenvolvimento urbano são semelhantes.

A análise do estudo torna visíveis as lacunas presentes em cada município de pequeno porte do Seridó Potiguar e as políticas públicas que atendem às dimensões mais carentes como alternativas para solucionar as desigualdades sociais.

O Programa Bolsa Família promove o direito de escolha dos beneficiários, ou seja, a oferta de renda permite que eles decidam livremente em quais bens gastar. As escolhas de consumo dos beneficiários do PBF priorizam alimentação.

Embora existam no Brasil muitas críticas e sugestões de aprimoramento ao Programa Bolsa Família, com o trabalho foi possível perceber sua importância como elemento fundamental de política pública para melhorar a qualidade e a quantidade de oportunidades disponíveis para as famílias mais pobres dos municípios de pequeno porte do Seridó Potiguar.

No entanto, não existe uma fórmula única para a implementação da intervenção pública, uma vez que, conforme referido, as necessidades da população mais carente encontram-se dispersas por todo o País e em diferentes contextos, e, não apenas aquelas representadas exclusivamente pelo acesso a recursos monetários.

Uma das limitações da pesquisa foi o fato dos dados do Bolsa Família serem mensais, tendo que ser elencado o período de julho de 2008 a julho de 2018.

Por fim, como sugestões para trabalhos futuros, se orienta comparar os dados do estado do Rio Grande do Norte entre todas as regiões geográficas intermediárias e imediatas do RN, ou seja, entre Natal, Caicó e Mossoró, na tentativa de analisar os reflexos do Programa Bolsa Família sobre essas regiões.



## 7. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, DF, 2004.

COTTA, Rosângela Minardi Mitre; MACHADO, Juliana Costa. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 33, n. 1, p. 54-60, 2013.

DA FONSECA, Ana Maria Medeiros; ROQUETE, Claudio. Proteção social e programas de transferência de renda: Bolsa-Família. **PROTEÇÃO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA**, 2018.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista interdisciplinar científica aplicada**, v. 2, n. 3, p. 1-13, 2008.

DE CASTRO MOREIRA, Laura Monteiro et al. Políticas públicas voltadas para a redução da mortalidade infantil: uma história de desafios. **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 22, n. supl 7, p. S48-S55, 2012.

ESTRELLA, Juliana; RIBEIRO, Leandro Molhano. Qualidade da gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família: uma discussão sobre o índice de gestão descentralizada. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 625-641, 2008.

Gil, A.C. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA SOCIAL. São Paulo: Atlas, 1987.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; DE MARTINO JANNUZZI, Paulo. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas. Uma análise crítica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 7, n. 1, p. 73-90, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na cena contemporânea**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 15-50, 2009.a



IAMAMOTO, Marilda Villela. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. Serviço social, p. 341-375, 2009.b

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

JACCOUD, Luciana. **Proteção Social no Brasil**: debates e desafios. Texto organizador de conteúdos apresentado para aula na ENAP – Escola Nacional de Administração Pública – Curso de Formação de Multiplicadores – Versão integral de 21/08/2007. Brasília, 2007. Mimeografado.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores socioeconômicos na gestão pública. **Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC**, p. 01-110, 2012.

MENDES, Jefferson MG; REZENDE, Denis A. A influência dos indicadores socioeconômicos na gestão municipal para o desenvolvimento local. **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, v. 16, 2008.

MONTEIRO, Doraliza Auxiliadora Abranches et al. Análise dos indicadores sociais brasileiros pré e pós implementação do Programa Bolsa Família. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 2, n. 3, p. 317-338, 2010.

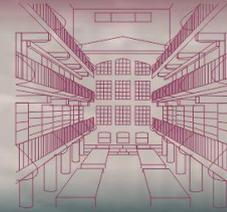
MORESCHI, Rafael Klein et al. REFLEXOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NOS INDICADORES SOCIAIS DE MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 20, n. 1, p. 37-52, 2017.

OLIVEIRA, Fabiana Helcias; PETER, Maria da Glória Arrais; MENESES, Anelise Florencio de. Lei de Responsabilidade Fiscal: implicações nos indicadores sociais municipais. In: **Anais do 10o Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. 2010.

PAIXÃO, Adriano Nascimento; FERREIRA, Taissa. Determinantes da mortalidade infantil no Brasil. **Informe Gepec**, v. 16, n. 2, p. 6-20, 2012.

PERES, Roberta. Indicadores sociais e políticas públicas no Brasil: algumas reflexões e muitos desafios para o século 21. **BAENINGER, R. et al. População e cidades: subsídios para o planejamento local e regional**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, p. 115-123, 2019.

REZENDE, Amaury José; SLOMSKI, Valmor; CORRAR, Luiz João. A gestão pública municipal e a eficiência dos gastos públicos: uma investigação empírica entre as políticas públicas e o índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios do Estado de São Paulo. **Revista Universo Contábil**, v. 1, n. 1, p. 24-40, 2005.



ROCHE, Cris. **Avaliação de impacto dos trabalhos de ONGs**: aprendendo a valorizar as mudanças. 2. ed. São Paulo: Cortez: ABONG; Oxford: Oxfam, 2002.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. 4. ed. rev e atual. São Paulo: Cortez, 2008.

SAKAMOTO, Adriana Nogueira et al. O Papel da Política de Assistência Social na Gestão do Programa Bolsa Família na Cidade de São Paulo. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, v. 1, n. 19, p. 347-361, 2017.

Salomon DV. **COMO FAZER UMA MONOGRAFIA**. 11a ed. São Paulo: Martins Fontes; 2004.